



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

413

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0308407-7
RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO: GETÚLIA TELES DE SOUZA MENDONÇA E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SFH. A EDIÇÃO DA LEI Nº 12.409/2011 NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA JULGAR O FEITO – PRECEDENTES DO STJ. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL A JUSTIFICAR A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO - NECESSIDADE DE EXAME PERICIAL PARA SUA AFERIÇÃO. APLICABILIDADE DO CDC AOS CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.

- Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a Lei nº 12.409/2011 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos.

- O STJ, em recentíssimos julgados, tem mantido o posicionamento no sentido da inexistência do interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário e o, conseqüente, deslocamento da competência à Justiça Federal nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo.

- "Aplica-se o CDC aos contratos do Sistema Financeiro de Habitação" (Agravo 176781-7/01; Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto; Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 27/11/2008; Publicação 228).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, negar provimento ao recurso.

Recife, 24 de 09 de 2013


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR.



RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0308407-7
RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO: GETÚLIA TELES DE SOUZA MENDONÇA E OUTROS
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento manejado pela Sul América, mantendo a decisão que, nos autos da Ação de Indenização Securitária movida pelos recorridos, rejeitou as preliminares arguidas em contestação, dando por saneado o feito e determinando a intimação das partes para especificarem as provas que pretendem produzir.

Sustenta a recorrente que o STJ teria firmado recente entendimento no sentido da competência da Justiça Federal para processamento de demandas envolvendo a apólice pública do ramo 66, tendo em vista o nítido interesse da Caixa Econômica Federal e da União no feito.

Alega, ainda, a ocorrência da prescrição e a não aplicação do CDC ao caso em comento.

VOTO

Acerca da matéria, este E. Tribunal já firmou entendimento no sentido de que a edição da Lei nº 12.409/2011 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. Isto porque, se não bastasse a ausência de comprovação de que a assunção de direitos e obrigações tenha se dado, há que se destacar, também, a aparente inconstitucionalidade do ato, que possibilita a alteração da relação jurídica perfeita constituída entre seguradora e mutuários, permitindo que eventuais condenações em face da seguradora sejam custeadas, ao final, por dinheiro público, em flagrante afronta a princípios constitucionais.

O art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro preceitua que *"A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada"*. O contrato firmado entre as partes é ato jurídico perfeito e acabado, cujos efeitos estão condicionados à lei vigente no momento da celebração.



Deste modo, à mingua da discussão no sentido de que as previsões da referida medida provisória convertida em lei não alterariam a questão sobre o não comprometimento do FCVS, há que se destacar que a lei nova não pode atingir contrato anteriormente firmado, sob pena, conforme dito, de se violar o ato jurídico perfeito, assegurado constitucionalmente face à irretroatividade das leis.

Registre-se, ainda, que, não obstante as alegações da recorrente no sentido da mudança de entendimento do STJ acerca da matéria, verifica-se que a referida Corte Superior, em recentíssimas decisões, manteve o posicionamento já sedimentado no sentido da competência a Justiça Estadual para processar e julgar os feitos cujo objeto seja a pretensão resistida à cobertura securitária dos danos oriundos dos vícios de construção do imóvel financiado mediante contrato de mútuo submetido ao SFH, visto que inexistente, em casos tais, interesse da CEF a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário.

Verifiquem-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. DISCUSSÃO ENTRE SEGURADORA E MUTUÁRIO. NÃO COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DESTA STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O julgamento do REsp nº 1.091.363/SC, representativo de causas repetitivas, assentou o entendimento de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adieto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento."

2. (...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (grifado) (AgRg no CC 117.093/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/03/2013, DJe 15/03/2013)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO HABITACIONAL. PRESCRIÇÃO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. COBERTURA CONTRATUAL PARA VÍCIOS CONSTRUTIVOS. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011.

1. Entendimento unânime do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adieto a mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário. (grifado)

2. (...)

3. O Código de Defesa do Consumidor aos contratos firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, tornando possível a inversão do ônus da prova.

4. (...)

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1223685/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 04/03/2013)

"AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA CONTRA SEGURADORA. APLICAÇÃO DO CDC. MULTA DECENDIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. MORA. SÚMULA STJ/7. DECISÃO AGRAVADA MANUTENÇÃO.

1.- "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro privado, apólice de mercado, Ramo 68, adieto a contrato de mútuo habitacional, por envolver discussão entre a seguradora e o mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), não existe interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento." (EDCl no REsp nº 1.091.363, Relatora a Ministra ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 28.11.11).

(...) (REsp 870.358/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 7/5/2009)

4.- (...)

5.- Agravo Regimental Improvido." (AgRg no AREsp 219.198/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/11/2012)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. DISCUSSÃO ENTRE SEGURADORA E MUTUÁRIO. NÃO COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

416

ESCORREITA APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. COBERTURA SECURITÁRIA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 05 E 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O julgamento do REsp nº 1.091.363/SC, representativo de causas repetitivas, assentou o entendimento de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento." 2. Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem quanto ao tipo da apólice objeto do financiamento (Ramo 66 ou Ramo 68) seria necessário o reexame do contrato, bem como do acervo probatório, o que encontra óbice ante às Súmulas 5 e 7 desta Corte.

3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa." (grifel) (AgRg no AREsp 187.084/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 10/09/2012)

"AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA CONTRA SEGURADORA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. COBERTURA DOS VÍCIOS. MULTA DECENDIAL. SÚMULAS STJ/5 E 7. ILEGITIMIDADE PASSIVA. LEGITIMIDADE ATIVA. PRESCRIÇÃO. DECISÃO AGRAVADA MANUTENÇÃO.

1.- Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem quanto à cobertura dos vícios da construção e à multa decendial, seria necessário o exame do contrato e do conjunto fático-probatório, obstando a admissibilidade do especial à luz das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

2.- "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro privado, apólice de mercado, Ramo 68, adjeto a contrato de mútuo habitacional, por envolver discussão entre a seguradora e o mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), não existe interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento." (EDcl no Resp nº 1.091.363, Relatora a Ministra ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 28.11.11).

(...)

5.- Agravo Regimental Improvido." (grifel) (AgRg no AREsp 129.918/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETTI, TERCEIRA TURMA, DJe 18/09/2012)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DECORRENTE DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA RELATIVA A FCVS NO CONTRATO. DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE ENTE FEDERAL NA LIDE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. VEDAÇÃO.

-O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

-É vedado interpretar cláusulas contratuais em recurso especial.

-Agravo não provido." (AgRg no AREsp 84.460/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 17/08/2012)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

- Nos processos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento.

- O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.

- Agravo não provido." (grifel) (AgRg nos EDcl no AREsp 40.552/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 25/06/2012)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO HABITACIONAL. CAIXA SEGURADORA S.A. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. FATOS NOVOS. MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011. COBERTURA CONTRATUAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

1. Entendimento unânime do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário.

2. No caso em tela, eventual inovação legislativa, veiculada pela Lei n. 12.409/2011, é inapta para a modificação da competência dos órgãos jurisdicionais que já cumpriram seu mister institucional, encerrando a instância com a lavratura do acórdão.

(...)

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (grifel) (AgRg no Ag 1368941/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2012, DJe 15/03/2012)

"AGRAVO REGIMENTAL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SEGURO HABITACIONAL - VÍCIO DE CONSTRUÇÃO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CEF - COMPETÊNCIA - LEGITIMIDADE DOS CESSIONÁRIOS DO MÚTULO - MULTA DECENDIAL.

1.- "Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento" (REsp 1091363/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), SEGUNDA SEÇÃO, DJe 25/05/2009).

(...)

7- Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp 33.888/PE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 24/02/2012)

Atente-se, ainda, que a lei em questão introduz mudança substancial no seguro habitacional, pretendendo transmutá-lo de seguro privado em um seguro estatal, afrontando, assim, o artigo 192 da Constituição Federal que dispõe que o Sistema Financeiro Nacional será regulado por leis complementares.

Deste modo, não merecem prosperar as alegações de incompetência da Justiça Estadual, bem como de litisconsórcio passivo com a CEF.

No que diz respeito à prejudicial de mérito da prescrição, consoante já asseverado, o momento não é oportuno para a apreciação de sua ocorrência, ante a necessidade de realização de exame pericial para sua aferição. De toda forma, a possível progressão contínua dos danos alegados implicaria interrupção sucessiva do prazo prescricional.

No mérito, verifica-se que pretendem os autores indenização securitária em razão da situação de risco de desmoronamento de suas unidades residenciais, financiadas pelo SFH, não merecendo guarida a insurgência contra a aplicabilidade do Código de Defesa do consumidor ao caso em exame, visto que esta corte já firmou entendimento no sentido de que "*aplica-se o CDC aos contratos do Sistema Financeiro de Habitação*" (Agravo 176781-7/01; Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto; Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 27/11/2008; Publicação 228), sendo perfeitamente cabível, na hipótese, a inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, VIII, do referido diploma.

Com tais considerações, nego provimento ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 24 de maio de 2013.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR